



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

ATA DA 24^a. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2^a. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18^a. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às nove horas, do dia dezesseis, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezesseis, no mini Plenário Deputado Judivan Cabral, sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta atendendo ao Edital de Convocação. Havendo número regimental a Presidenta *“Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”* declarou abertos os trabalhos da 24^a. Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Contando com a presença dos seguintes membros: a Presidenta Deputada Estela Bezerra (PSB), do vice Presidente Deputado Janduhy Carneiro (PTN), da Deputada Camila Toscano (PSDB) do Deputado Branco Mendes (PEN). Não compareceram os Deputados e Jeová Campos (PSB) e Manuel Ludgério (PSD). Ato contínuo a Presidenta convidou o Deputado Branco Mendes para secretariar os trabalhos, de quem solicitou a leitura do Edital de Convocação e da Ata da 23^a. Reunião Ordinária, realizada no dia 18/10/2016. Posta em discussão e votação, a Ata foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Não havendo Expediente em Mesa, a Presidenta determinou a Secretária que procedesse a leitura das matérias que constavam na Pauta. Nesse ínterim a Presidenta solicitou a inclusão na Pauta do Projeto de Lei nº: 1.053/2016- de autoria do Poder Executivo Estadual. – (MENSAGEM nº:18/2016) - DO GOVERNADOR DO ESTADO – Altera a Lei nº: 7.342, de 10 de junho de 2003, para corrigir as dimensões da área doada à União para ser utilizada pela Justiça Federal em Campina Grande. Após ouvidos os seus pares, consensualmente, a matéria foi

incluída na Pauta. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES E RESPECTIVOS PARECERES QUE DISPENSAVAM À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: PROJETOS DE LEIS n.ºs: 995/2016 - DO DEPUTADO RAONI BARRETO MENDES – Reconhece de Utilidade Pública a Organização Não Governamental – “IDE”, localizada no município de Soledade, Estado da Paraíba. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Constitucionalidade, na sua forma original. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto também foi aprovado por unanimidade. 1.016/2016 - DO DEPUTADO JOÃO BOSCO CARNEIRO JÚNIOR – Reconhece a Associação Produtiva de Apoio ao Trabalhador Preso, Egressos e Familiares de Sapé – ASTAPEF – como instituição de utilidade pública. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto também foi aprovado por unanimidade. PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR n.ºs.: 26/2016 - DO DEPUTADO RICARDO BARBOSA - Altera a Lei Complementar n.º 58, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria de competência exclusiva da União. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 28/2016 – DOS DEPUTADOS FREI ANASTÁCIO E ANÍSIO MAIA – Dá nova redação ao inciso III, do artigo 92, da Lei Complementar n.º 58, de 30 de dezembro de 2003 e dá outras providências. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Estadual. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. Nesse ínterim foi apreciada a matéria incluída na Pauta: Projeto de Lei n.º: 1.053/2016- de autoria do Poder Executivo Estadual. – (MENSAGEM n.º:18/2016) - DO GOVERNADOR DO ESTADO – Altera a Lei n.º: 7.342, de 10 de junho de 2003, para corrigir as dimensões da área doada à União para ser utilizada pela Justiça Federal em Campina Grande. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS n.ºs.: 926/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – Dispõe sobre a proibição na definição de prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos e medidas de diferenciação entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação, o Parecer foi

aprovado por unanimidade. 942/2016 - DO DEPUTADO RANIERY PAULINO – Institui a obrigação de divulgação de dados relativos a viagens de Colaborador Eventual no estado da Paraíba. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. 958/2016 – DA DEPUTADA OLENKA MARANHÃO – Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade ou paternidade dos servidores públicos estaduais com filhos com microcefalia e/ou deficiências graves. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Estadual. Posto em discussão e votação, Parecer foi aprovado por unanimidade. 959/2016 – DO DEPUTADO RICARDO BARBOSA – Obriga os aeroportos do Estado a fixar placas contendo informações a respeito dos direitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos de voos. Apensos os Projetos de Lei nº: 999 e 1.035/2016. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria de competência exclusiva da União. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 961/2016 - DO DEPUTADO RICARDO BARBOSA - Dispõe sobre a instalação de brinquedoteca nas unidades de saúde estaduais que mantenham atendimento pediátrico em regime de internação ou ambulatorial e dá outras providências. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, por ferir o art. 63 da CE. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 962/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 963/2016 - DO DEPUTADO RENATO GADELHA - Torna obrigatória a instalação e manutenção de sistema de monitoramento interno de vigilância eletrônica nas creches privadas. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 964/2016 - DO DEPUTADO RENATO GADELHA - Assegura as pessoas com deficiência visual o direito de receber demonstrativos de consumo de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em Braille. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Inconstitucionalidade, recomendando o arquivamento da matéria, em face da existência de matéria de idêntico teor, aprovada anteriormente. 966/2016 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES – Assegura no

âmbito do Estado da Paraíba, aos usuários do sistema de transporte público, a oferta gratuita de solução de álcool em gel antiético, e dá outras providências. Apenso PL nº:973/2016. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria exclusiva do Poder Executivo Estadual. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 967/2016 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES – Cria o Cadastro Paraibano de entidades estudantis – CPEE e da outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 968/2016 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES – Dispõe sobre a destinação de unidades habitacionais a serem construídas pelo Governo do estado da Paraíba para os servidores públicos estaduais. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 969/2016 - DO DEPUTADO DINALDINHO WANDERLEY – Regulamenta as feiras de produtos orgânicos no Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 971/2016 - DO DEPUTADO DINALDINHO WANDERLEY – Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, de informações sobre os plantões dos profissionais da saúde, em toda rede do Estado da Paraíba. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 972/2016 - DO DEPUTADO DINALDINHO WANDERLEY – Obriga os fabricantes e distribuidores de medicamentos de uso contínuo a disponibilizar aos consumidores embalagens com quantidade necessária para consumo por 30 (trinta) dias, e dá outras providências. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Declaração de Inconstitucionalidade, alegando vício formal de iniciativa, matéria exclusiva do Poder Executivo Estadual. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 975/2016 - DO DEPUTADO RENATO GADELHA – Proíbe, em âmbito estadual, a inauguração e a entrega de obras públicas inacabadas. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Constitucionalidade, acatando Emendas: Aditiva e de Redação. Posto em discussão o Parecer. A Deputada Estela Bezerra solicitou Vistas à matéria. 976/2016 - DO DEPUTADO RENATO GADELHA – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais informarem em seus cardápios sobre a presença de glúten e lactose em suas refeições. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido recomendando o Arquivamento da matéria, em face da existência de matéria de

idêntico teor a Lei nº.:9.632/2011. 980/2016 - DO DEPUTADO DINALDINHO WANDERLEY – Inclui no Calendário Turístico do Estado o evento “PATOS MOTO FEST”. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 981/2016 - DO DEPUTADO RANIERY PAULINO – Dispõe sobre o estabelecimento de percentual mínimo de trabalhadores idosos nos quadros de empresas privadas do Estado da Paraíba. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 983/2016 - DO DEPUTADO GERVASIO MAIA – Dispõe sobre a estadualização de estrada municipal e dá outras providências. A Presidenta determinou a Assessoria para proceder com o mesmo encaminhamento das matérias de idêntico teor, conforme resolução anterior da Comissão. 985/2016 - DO DEPUTADO EMANO SANTOS – Dispõe sobre a instalação de placas, nas rodovias estaduais, informando a obrigatoriedade de utilização de farol aceso em luz baixa também durante o dia. APENSO PROJETO nº: 1.046/2016. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 986/2016 - DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY - Dispõe sobre a reservação de espaços físicos, eletrônicos ou digitais nos ginásios de esportes e estádios de futebol, públicos ou mantidos pelo erário, para publicidades de utilidade pública e dá outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano. Nesse ínterim a Relatora solicitou adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião da Comissão. Deferida a solicitação da parlamentar. 987/2016 - DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY - Dispõe sobre a inclusão de cláusula de rescisão nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, por má prestação de serviços, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. APENSO PROJETO nº:1.015/2016. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer proferido pela Constitucionalidade, acatando Emenda Modificativa. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 988/2016 - DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY - Dispõe sobre a publicização do disposto no inciso VIII, do art. 7º, da Lei nº: 8.906/94, nos fóruns judiciais no Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido Declaração de Inconstitucionalidade, matéria de iniciativa do Poder Judiciário. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 989/2016 - DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY - Estabelece critérios para visitação e fiscalização em estabelecimentos destinados à permanência de idosos e dá outras providências. Relator: Deputado Janduhy Carneiro. Parecer

proferido Declaração de Inconstitucionalidade, por apresentar vício formal de iniciativa, matéria já disciplinada no Estatuto do Idoso. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 992/2016 - DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY - Dispõe sobre a proibição de comercialização de produtos não disponíveis em estoque, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido pela Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 997/2016 - DO DEPUTADO FREI ANASTÁCIO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de sistema de segurança interna nos estabelecimentos financeiros no Estado da Paraíba. Relator: Deputado Branco Mendes. Parecer proferido Declaração de Inconstitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 998/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de informações de valores e produtos que estarão em promoção nos dias conhecidos como "Black Friday" no Estado da Paraíba, com antecedência mínima de 02 (dois) dias do evento e dá outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano Parecer proferido Constitucionalidade. Posto em discussão e votação o Parecer foi aprovado por unanimidade. 1.000/2016 - DO DEPUTADO CAIO ROBERTO - Dispõe sobre a redução do valor da taxa de inscrição em concursos públicos e outros processos de seleção no Estado da Paraíba, nos casos que especifica, e dá outras providências. Relatora: Deputada Camila Toscano. Parecer proferido Constitucionalidade, acatando uma Emenda de Redação. Posto em discussão o Parecer. A Deputada Estela Bezerra comunicou o adiamento da apreciação da matéria, com o objetivo de promover uma análise mais detalhada sobre o assunto. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1001/2016, autoria da deputada Estela Bezerra, que “institui o ‘Dia Estadual do Trombone’ no calendário oficial do estado da Paraíba”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa. Em discussão, a autora explicou que a iniciativa surgiu de provocação das bandas de fanfarras da Paraíba e trompetistas que atuam nela. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.006/2016, autoria do deputado João Henrique, que “obriga as instituições financeiras e demais administradoras de cartão de crédito instaladas na Paraíba a emitirem seus produtos na linguagem braile para clientes portadores de deficiência visual na forma que menciona”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela injuridicidade da matéria, pois existi lei vigente com mesmo conteúdo. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade e sem discussões. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.007/2016, autoria do deputado João Henrique, que “dispõe sobre a fixação

de cartazes nas concessionárias de veículos automotores, informando as isenções concedidas às pessoas com deficiências e patologias graves”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela injuridicidade da matéria, diante da existência de lei vigente com semelhante conteúdo. Sem discussões, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.009/2016, autoria da deputada Estela Bezerra, que “dispõe sobre o tratamento nominal e inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade com emenda. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.010/2016, autoria da deputada Estela Bezerra, que “altera a Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003, para incluir o preconceito em virtude da identidade de gênero como ato discriminatório e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer foi por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.012/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “institui o Cadastro Único de Nascimento de Pessoas com Deficiência e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro proferiu parecer pela injuridicidade da matéria, conforme o artigo 163 do Regimento Interno. Em votação o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.013/2016, autoria do deputado Frei Anastácio, que “dispõe sobre a isenção de tarifa no transporte regular intermunicipal de passageiros a trabalhadores desempregados em todo o território da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Gervásio Maia, proferiu parecer pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa, com fundamento no §1, inciso II, alínea “e” do Art. 63 da Constituição do Estado da Paraíba. Em discussão, a deputada Estela Bezerra falou que transporte público é prioritário, mas não tem recursos garantidos no orçamento público. Inclusive, haverá redução dos recursos para áreas imprescindíveis como a educação e a saúde com as medidas do governo Temer. Apontou a vulnerabilidade do acesso às garantias e dos direitos fundamentais do ser humano. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.014/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a microcefalia”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela injuridicidade da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.017/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que

“denomina de Wellington Rodrigues Mendonça a rodovia PB-041 que liga o município de Mamanguape ao município de Baía da Traição e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Gervásio Maia, proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.018/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz, em academias e centros desportivos, alertando sobre o risco do uso de substâncias anabolizantes, e dá outras providências”. A relatora deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela injuridicidade da matéria, diante da existência da Lei Estadual nº 7.208/2005 que conteúdo semelhante. Alertou para a necessidade de representação ao Ministério Público pelo descumprimento da lei. Sem discussões, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.019/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “dispõe sobre a inclusão da campanha *Abril Verde* no calendário de eventos do Estado da Paraíba e dá outras providências”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.020/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “determina que 10% das despesas realizadas com publicidade institucional pela Administração Pública estadual sejam destinadas À divulgação de serviços de utilidade e interesse público e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela inconstitucionalidade com fundamento no Artigo 63 da Constituição do Estado da Paraíba. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.021/2016, autoria do deputado Frei Anastácio, que “dispõe sobre a isenção de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal – ICMS na operação de comercialização da galinha capoeira para abate, no Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela inconstitucionalidade, visto a falta de demonstrativo de renúncia de receita. Conforme preceitua o Artigo 111 do Regimento Interno, a forma adequada da propositura seria projeto indicativo ao governador do Estado. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.023/2016, autoria da deputada Camila Toscano, que “determina a inserção dos números de protocolos referentes às reclamações, solicitações de serviços e aos pedidos de informações, nas faturas de água, energia, telefone e dá outras providências”. O

relator deputado Janduhy Carneiro proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.024/2016, autoria da deputada Camila Toscano, que “dispõe sobre a regulamentação das categorias de base esportiva nos clubes do Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Gervásio Maia, proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria com emendas substitutivas. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.025/2016, autoria do deputado Jutay Meneses, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviço realizarem agendamento prévio e prestarem informações aos consumidores acerca dos funcionários habilitados”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela injuridicidade, diante da existência da Lei Estadual nº 1.053. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.026/2016, autoria do deputado Raniery Paulino, que “torna obrigatória a instalação de locais para higienização das mãos em estabelecimentos que menciona e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Gervásio Maia, proferiu parecer pela injuridicidade da matéria, diante da existência de lei vigente com conteúdo idêntico. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.027/2016, autoria do deputado Artur Filho, que “dá nova redação aos artigos 5º, 8º e 11º, modifica o Anexo Único e acrescenta os anexos II e III à Lei nº 8.443 de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.028/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes pediu o adiamento da matéria. Acatado o pedido pela presidente da Comissão. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.031/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “dispõe acerca da disponibilização de informação sobre medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer pela injuridicidade, diante de lei vigente com mesmo conteúdo. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº1.032/2016, autoria do deputado Tovar Correia Lima, que “cria o Programa de Incentivo à leitura no âmbito do Estado da Paraíba”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda de redação. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº1.033/2016, autoria do deputado Raniery Paulino, que “estabelecem diretrizes para a Política de desburocratização no âmbito da Administração Pública do Estado da Paraíba”. O relator deputado Branco Mendes proferiu parecer constitucionalidade com emenda supressiva. Sem discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº1.034/2016, autoria do deputado Branco Mendes, que “dispõe sobre a instituição do Programa “formação para a Democracia” no Sistema Estadual de Ensino do Estado da Paraíba”. A relatora deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa. Sem discussões, o parecer foi aprovado por maioria com abstenção de deputado Branco Mendes. Discussão e votação do Projeto de Lei nº1.036/2016, autoria da deputada Camila Toscano, que “institui o Vale-Esporte no estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Janduhy Carneiro, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.037/2016, autoria do deputado Gervásio Maia, que “denomina de Escola Estadual de Ensino Fundamental Pompeu Fernandes, a escola estadual do Sítio São Francisco, no município de Catolé do Rocha e dá outras providências”. O relator deputado Branco Mendes, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade, pela juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Resolução 137/2016, autoria do deputado Anísio Maia, que “institui a Campanha Paraíba sem Homofobia de combate à violência e a discriminação contra LGBT’s e de promoção da cidadania homossexual e dá outras providências”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda de redação. Sem discussões, o parecer foi aprovado por unanimidade. Não havendo matérias a deliberar a presidente deputada Estela Bezerra declarou encerrada a presente reunião. Lavrando a presente Ata, Suely Pessoa de Luna, Consultor Legislativo e Evelin Elena Duarte Limeira Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta Deputada Estela Bezerra, conforme dispõe o art. 60, do RI, desta Casa

Legislativa. Plenário Deputado José Mariz, João Pessoa, 16 de novembro de 2016.

Deputada Estela Bezerra
- Presidenta -